



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

Kamila Pagel de Oliveira
Gabriel Maggi Vieira
Luana de Castro Lopes
Mariana Marcatto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

Izabelle Maria Santos Cária
Marconi Martins de Laia

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sidiane dos Santos Alvaristo
Tiago Luiz Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

Luciene de Souza Borges
Ricardo Neves Borges

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

Ingrid Gomes Bassi
Mateus Paixão Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

Joelmara Furtado dos Santos Pereira
Evandro Costa Pereira
Janaína Arruda Aragão
Samara Letícia Mendonça Pereira
Franco Celso da Silva Gomes
Luzinete Pontes Brandão
Loysianne Nascimento Araújo Lopes
Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes
Rafaela Duailibe Soares

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Data de aceite: 20/02/2020

Mateus Santos Borges

Graduando do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), campus Juazeiro/BA. Pesquisa sobre Karl Marx e Stuart Mill sobre as perspectivas de representação e pensamento social, realizada para a disciplina de Teoria Política III. luno.r.vic@gmail.com

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Graduando do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), campus Juazeiro/BA. Pesquisa sobre Karl Marx e Stuart Mill sobre as perspectivas de representação e pensamento social, realizada para a disciplina de Teoria Política III. mauricioleandro337@gmail.com

Vanderlei Souza Carvalho

Professor Adjunto II no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – PPGExR da Univasf. Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. vanderlei.carvalho@univasf.edu.br

RESUMO: O artigo apresenta a relação entre o bonapartismo presente na obra “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*” de Karl

Marx e o “bom déspota” tratado por Stuart Mill em “*Considerações sobre o Governo Representativo*” com a questão de como o teatro da era conhecida como “elizabetana” se relaciona com questões de poder e perpetuação de instituições reguladoras do corpo social. Mediante uma perspectiva de promoção de uma “falsa participação” o “teatro elizabetano” foi um dos grandes divisores do fazer dramático. Reanalisar sua construção mediante uma nova forma de o ver é apresentar elementos que até então se passavam por despercebidos - a falsa quebra da quarta parede é o fator de crítica central para as redescobertas do que vinha a ser de fato este modelo de teatro.

PALAVRAS-CHAVE: Representação; Governo; Estado; Cultura Política; Magaldi.

1 | INTRODUÇÃO

“Época de transição, a nossa ainda busca uma arquitetura para o seu teatro, que por sua vez está no encaixe de uma justificativa para a própria sobrevivência.” ~Magaldi

Desde os estudos das teorias do Estado, do governo e do jogo político com os gregos (Platão e Aristóteles), passando pelos contratualistas (Hobbes, Locke, Rousseau),

pelo “*O Espírito das Leis*” de Montesquieu, e pelos artigos dos Federalistas (Hamilton, Madison e Jay), como também por meio das contribuições dos escritos de Bobbio; foi possível formar uma compreensão geral de como a grande máquina política é pensada e alimentada socialmente. Alguns dos teóricos da ciência política baseiam-se na tese de que existe o governo certo para cada realidade social e para cada localidade geográfica. São encontradas afirmações de que em determinado tempo e espaço, ou conjuntura social a Monarquia ou a Aristocracia ou a República seriam mais indicadas como formas de governo. As figuras dos chefes de Estado e de Governo também estariam atreladas a esse tipo de pensamento, assim como o caráter do governante. Existem os tempos em que o monarca seria o mais promissor governante, outros em que o déspota melhor gerenciaria a máquina estatal ou até que o presidente seria mais indicado, pois refletiria de forma simbólica a representação e diminuiria a distância nas relações entre governante-governados.

A forma como enxergamos a política e todo o cenário resultando do jogo político assemelha-se, ou torna-se possível se fazer uma alusão, ao modo como o espetáculo teatral é pautado e estruturado. Existe a presença de uma narrativa introdutória ao ato central, que no cenário político personifica-se nos meios que originam a disputa pelo poder. É possível percebermos certo desenvolvimento ao decorrer do enredo e do roteiro pré-estabelecido, que no jogo político é representado pelas demarcações e disputas ideológicas (partidos) e o contexto histórico-social; caminhando para o apogeu de tensões no palco, que na política são as eleições. E por fim, o clímax teatral (re)significa-se na vitória política e obtenção da capacidade de governar determinado povo. Assim, o jogo político também poderá, mediante as discussões aqui pretendidas, ser chamado de espetáculo político. A visão da política pelo seu lado romântico, trágico ou dramático também se assemelha aos diversos gêneros presentes no teatro.

Nesse artigo, serão apresentadas as principais discussões sobre a figura do “bom déspota” presente na obra de Stuart Mill “*Considerações sobre o Governo Representativo*”; e os principais debates em torno do conceito de “bonapartismo”, como estratégia de acesso ao poder político, a partir do livro de Karl Marx do “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”. Como o governo e a política estarão relacionadas com o contexto histórico-social de determinado povo e como tal característica refletirá no desejo por um governante que supra essas carências a fim de (re)significá-las a ponto de ser possível a instauração de um sentimento coletivo de segurança e bem-estar social? Para refletir sobre essa questão, de uma maneira geral, tomaremos como ponto de partida estudos literários e dramatúrgicos sobre o Teatro Elisabetano que analisam como sua estruturação estava para muito além do entretenimento, mas na reafirmação e manutenção de certas disputas e distinções político-sociais.

2 | O PAPEL DO TEATRO ELISABETANO NA PROPAGAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL DE CLASSES – A ILUSÃO DA PARTICIPAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO

O teatro elisabetano ou elizabetano ou, até mesmo, isabelino é uma das principais heranças do período conhecido como Era Elizabetana que demarca o governo monarca da Rainha Elizabeth I da Inglaterra; meados do século XVI (1558) e os anos iniciais do século XVII (1603). Período, também, de grande efervescência cultural e de expressão artística inglesa, que caminhava como reflexo do Renascimento Italiano. O teatro elisabetano é umas das três grandes fases e contribuições na história da humanidade e das artes.

“Essa estrutura revolucionária artística inglesa proporcionou uma maior aproximação entre o público e os profissionais do teatro, além de reunir num mesmo espaço diversas classes sociais daquele período” – como foi narrado em uma matéria da Fundação Cidade das Artes. Ainda que, tenha ocorrido esse giro revolucionário do fazer teatral, a lógica de funcionamento do teatro perpetuava, mesmo que indiretamente, uma manutenção da estrutura social dominante da época, como foi analisado por Thomas Platter de Basle após visitar em 1599 o Teatro The Curtain – de acordo com a plataforma Estudos Literários.

Mesmo os atores colocando-se no meio do público para as encenações, construindo assim, uma imagem ilusória de participação ativa (sentimento de representação) a peça encenada, a primeira restrição social, passível a visualização e observação externa, está na estrutura do próprio teatro quanto aos seus profissionais – a restrição das mulheres na participação enquanto interpretes de seus próprios papéis. Outros recortes sociais davam-se por: “quem pagava mais ficava acomodado nos melhores lugares – as galerias (14-7), as salas dos cavalheiros ou dos senhores eram para os mais afortunados, as pessoas comuns ficavam no pátio (13) ou em pé ou sentados no chão ou até nos camarotes populares (5-6)” dependendo de quanto pagassem – em mesma matéria do blog Estudos Literários. Seguindo a lógica de que quanto mais alto você sentasse, mais status social você teria. Faz-nos lembrar de como os jacobinos e os girondinos se distribuíam na câmara, ou seja, a localização de onde o público de instalaria para assistir uma peça de teatro seguiria a mesma lógica de instalação dos filiados a partidos políticos ao acomodarem-se e ocuparem lugares no parlamento – “sua posição diz muito sobre quem você é”.

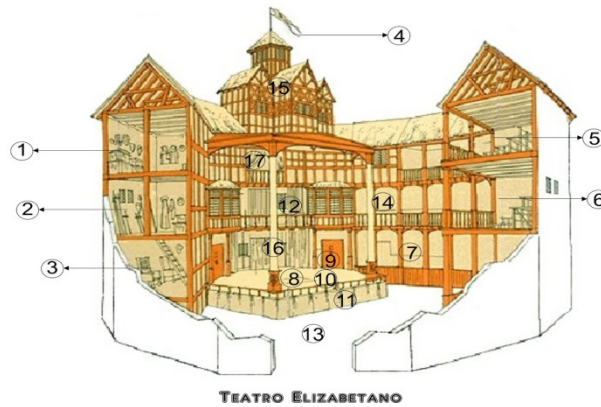


Ilustração da estrutura do teatro do período Elisabetano (fonte:<http://artesejamedioefundamental.blogspot.com/2013/04/curiosidades-sobre-o-teatro-elizabetano.html>)

3 | O BOM DÉSPOTA DE STUART MILL E O GOVERNO BONAPARTISTA DE KARL MARX

Durante muito tempo (talvez durante toda a duração da liberdade inglesa) foi dito que se um bom déspota pudesse ser encontrado, a monarquia despótica seria a melhor forma de governo [...] A suposição é de que o poder absoluto, nas mãos de um indivíduo eminente, poderia assegurar o cumprimento virtuoso e inteligente de todos os deveres do governo [...] (MILL, 1861, p.27)

A idealização quanto à imagem do “bom déspota” inglês e como a localização das negativas sobre esse líder político estão totalmente negligenciadas nos discursos sobre as preferências ao chefe principal do governo, apontadas enquanto esferas opostas de análise são evidenciadas por John Stuart Mill ao descrever as características do governo representativo.

O autor de ideais liberais aponta como a figura do déspota é cogitada como melhor proposta de gerencia estatal em contrapartida a implicância de postura que essa personalidade deve possuir. Enquanto a escolha pelo déspota reflete por seu caráter extraordinário do possível cumprimento efetivo das atividades governamentais, o povo (público) esquece que para isso, o déspota “precisa ser onisciente”. Supondo que essa problemática inicial desapareça de nossas vistas, diz o autor:

O que teríamos então? Um único homem de super-humana atividade mental dirigindo todos os assuntos de um povo mentalmente passivo. Sua passividade está implícita na própria ideia de poder absoluto [...] (MILL, 1861, p.28)

Stuart Mill nos apresenta as discussões chave para a análise da figura política pretendida em sua obra – o caráter passivo ou ativo do povo quanto a política e o governo caracterizará o seu governante. Escreve o autor sobre o caráter passivo:

[...] A nação como um todo, e todos os indivíduos que a compõem, não tem nenhuma voz sobre seu destino. Não exercitam nenhuma vontade com respeito a seus interesses coletivos. Tudo é decidido em seu lugar por uma vontade que não é sua, cuja obediência constitui legalmente um crime. (MILL, 1861, p.28)

Resultando num governo despótico em sua essência. Com essas características, o povo não desenvolveria suas faculdades de “raciocínio” ou de “ação política”, ficando reduzido a problemas com análises e visão essencialmente teóricas sobre essas questões e possuindo o controle apenas sobre suas atividades cotidianas ou ordinárias. Aquele que exercesse suas faculdades dentro de um governo que apresentasse tais características seria visto como excêntrico. O impacto a esfera da “ação política” é o da perda ou redução de seus sentimentos e capacidades morais, já que agora estão sendo circunscritos de forma artificial pelo seu governante e instituições.

Assim escreve Stuart Mill:

Um bom despotismo significa um governo em que, no que depender do déspota, não exista nenhuma opressão positiva por parte dos funcionários públicos, mas no qual o povo não cuide de seus próprios interesses coletivos, não conceba nenhum pensamento relativo a seus interesses, e as mentes do povo sejam anuentes ou condicionadas por esta abdicação de suas próprias energias. (MILL, 1861, p.29)

Todo e qualquer resquício de liberdade deixaria de existir em um governo regido por um déspota, salvo os casos em que ele abdicasse do exercício pleno de seus poderes governamentais – porém, não mais seria um déspota, mas um rei constitucional. A restrição de direitos legais e a censura dos meios de comunicação são os primeiros a sofrerem com a mão despótica do governante. De acordo com o autor liberal, o “bom despotismo é um ideal totalmente falso”. Sendo assim:

Não há nenhuma dificuldade em demonstrar que a forma ideal de governo é aquela em que a soberania, o poder supremo de controle em última instância, pertence à massa reunida em comunidade; aquela em que todo o cidadão não apenas tem uma voz no exercício do poder supremo, mas também é chamado, pelo menos ocasionalmente, a tomar parte ativa no governo pelo exercício de alguma função pública, local ou geral. (MILL, 1861, p.31)

Ou seja, o governo representativo seria a forma mais indicada para o exercício pleno das faculdades “racionais” e da “ação política”. Não só por isso, mas ele teria uma governabilidade e aplicação mais efetiva do que um governo despótico a depender das suas consequências benéficas, imediatas ou futuras, como diz o autor: “Dentro todos os outros governos possíveis, ele é o mais favorável a uma boa direção dos negócios e a uma elevação e aprimoramento do caráter nacional” (MILL, 1861, p.31). Com isso seria possível a promoção da participação de cada segmento da sociedade e uma entrega do lugar de fala para cada um falar sobre si mesmo e proteger seus interesses e suprir suas carências. O autor ainda finaliza falando sobre as preferências do governo para com os seus governados:

Não pode haver agora dúvida nenhuma de que o caráter de tipo passivo é preferido pelo governo de um ou de poucos, e que o tipo ativo é preferido pelo governo da maioria. Governantes irresponsáveis necessitam da aquiescência dos governados muito mais do que de sua atividade, a não ser aquela que podem controlar [...] (MILL, 1861, p.36)

Tanto Stuart Mill como Magaldi utilizam de “alegorias” de análise teóricas para falar sobre os seus objetos de análise. Faremos agora uma observação mais alegórica sobre a figura preferível do governante e em relação ao contexto histórico e social. Peguemos como exemplo uma peça de gênero comédia. Imaginem uma obra com essa característica central que tem como objetivo ser apresentada em uma estrutura de palco voltada para o drama ou para o terror. Como se fazer coerente a execução dela? Impossível de se acontecer. Ou analisamos todo o conjunto ao invés de preferir e escolher as partes que nos agradam, ou será o mesmo que, encenar o “Auto da Compadecida” numa estrutura voltada para o “Médico e o Monstro”.

Saindo da Inglaterra e viajando para a França de Karl Marx em seu “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, podemos ter outra perspectiva sobre como uma conjuntura política e social pode influenciar na escolha de seu governante.

Marx que foi contratado pela Revista “Die Revolution” para escrever sobre a conjuntura política da França acerca do “segundo grande” golpe de Estado, onde mais uma vez a memória e o culto à imagem de Napoleão resultaram em um governo com um caráter bem peculiar, o então batizado governo bonapartista. A França de Marx sempre apresentou uma transição entre a tradicional Monarquia e a “jovem” República. As disputas entre os principais grupos políticos/partidos políticos franceses – Orleanistas, Legitimistas (Monarquistas), os Republicanos puros (Alta Burguesia) e os Sociais-Democratas (Média e Pequena Burguesia e Proletariado) e “à margem” o Campesinato, dependendo diretamente da configuração político-social. Toda e qualquer aliança/coligação construída dentro desse cenário político era fruto da luta de interesses pessoais.

Como um candidato que visa tornar-se governante, mesmo sem número parlamentar expressivo, conseguiu assumir a administração do Estado e logo após dar um golpe político? É com esse tipo de questionamento inicial que Marx descreve o trajeto realizado por Luís Bonaparte até o golpe de 1851. O governo bonapartista chega bem próximo da forma como os ingleses idealizam o despotismo. Mesmo sendo um governo ditatorial, não é nada parecido com um governo de cunho fascista, antes que interpretações errôneas sejam construídas. De acordo com teóricos de linha marxista, o governo bonapartista é caracterizado pela democracia burguesa com um uso regrado da violência. Os principais signos atribuídos à um governante bonapartista são: carisma, pulso firme, “líder nacional”, demonstra certa neutralidade nas disputas sociais e políticas visando uma nação harmoniosa.

O poder Executivo, a burocracia e as Forças Armadas ganham grande

espaço e autonomia em suas atividades. Sendo o maior foco a hipertrofia do Executivo sobre todos os outros poderes, podendo até a sobrepujar o Legislativo “extinguindo-o”, como foi o caso quando o Parlamento foi fechado por Napoleão Bonaparte e, mais tarde, por Luís Bonaparte. Dentro do bonapartismo o Estado se torna totalmente autônomo aos indivíduos e a classes sociais, todas as instituições e projetos construídos dentro desse cenário serão aplicados por meio de imposição aos governantes, que assumem caráter de súditos. Usando o termo de Gramsci, essa situação é caracterizada por “crise de hegemonia”. Fugindo do julgo do anacronismo, Gramsci ao estudar outras formas de governo que apresentassem as mesmas características do bonapartismo, batizou-as de cesarismo.

O bonapartismo é uma dominação política e não econômica, com essa distinção, Marx ao falar sobre esse modelo de governo deixa um “pouco à parte” suas discussões sobre as distinções e os conflitos de classe em relação à dominância estatal. O governo bonapartista não está relacionado diretamente a uma classe social.

A ascensão de um líder bonapartista também está vinculada ao contexto histórico, social e político como foi no caso da França e como pode ser percebido em outras sociedades que tenham possuído ou que possuam governos bonapartistas. No caso da França, que vinha de uma herança revolucionária constante para modificar a dominação de classes por determinadas camadas sociais foi um dos fatores propulsores para o avanço de Luís Bonaparte, primeiro pelo histórico sobre o seu nome de família e os feitos atribuídos ao seu tio Napoleão. Como escreveu Marx no capítulo um de sua obra:

Hegel observava em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa [...] (MARX, 1852, p.17)

Como apontado por Marx em seus escritos analíticos, as grandes peças teatrais de imensa fama também surgem de acordo com essa lógica. Quem poderia dizer o contrário sobre, por exemplo, “Romeu e Julieta” de Shakespeare? A primeira vez que ela foi concebida veio pelo “acaso” histórico, surgiu naturalmente pelo curso que desencadeou sua narrativa. Mas todas as vezes que ela é reencenada não traz consigo o mesmo significado da primeira vez que foi apresentada à luz nos palcos Elisabetanos.

4 | O BRASIL E AS CONSEQUÊNCIAS DA IDEALIZAÇÃO DOS GOVERNOS ANALISADOS POR STUART MILL E MARX

[...] O primeiro ator quase sempre acaba por organizar companhia, no Brasil, a

A grande característica do jogo político no Brasil contemporâneo tem sido o objetivo visado pelos candidatos que buscam ocupar o poder político – o culto à personalidade. Uma taxa expressiva entre os concorrentes a cargos públicos tem como principal plataforma de campanha para a futura aquisição de poder político o fazer da sua imagem a “representação do melhor governo”. Buscar uma ligação direta entre a sua imagem como símbolo da melhor forma de gerir um Estado ou como sinônimo de algo bom e promissor para a esfera pública. Seguindo uma perspectiva quase que próxima do objetivo de um profissional do teatro, que é o de ser reconhecido pelo seu trabalho e pelos seus feitos, para assim, conseguir mais espaço em seu campo de atuação. Logo, o político brasileiro em nossos dias assume uma imagem de “intérprete, encenador ou dramaturgo”, como afirma Magaldi.

O espetáculo político brasileiro é gerido por um sentimento de “paternalismo”, quando Magaldi escreve sobre as características e trajeto do teatro ao longo dos anos e de sua história, ele mediante análises indiretas, acaba que por apresentar a maneira como o jogo político no Brasil é administrado:

A organização teatral envereda, na prática, para a empresa ou companhia. Leis específicas regulam a atividade do empresário, que, por sinal, no Brasil, poucos requisitos precisa apresentar. Quem disponha de quantia mínima pode obter registro, estabelecendo-se com regularidade. Constituída a empresa, incumbe ao seu responsável tomar uma série de providências, que visam ao lançamento do espetáculo e à sua exploração comercial. [...] O empresário escolhe a peça, na expectativa de que ele tenha êxito de público [...] (MAGALDI, 1998, p.33)

O exemplo mais concreto a essa discussão é a escolha dos partidos para os candidatos as vagas presidenciais. Cada partido busca uma cabeça de chapa de acordo com as possíveis necessidades sociais ou dos seus principais financiadores, assim, todo presidencialista vai refletir nas ideologias partidárias e de seus simpatizantes em todo e qualquer discurso público. Ainda em análise a situação do jogo político brasileiro, ao proporcionar uma construção de imagem e de público para as suas apresentações, os “empresários” – caracterizados pelos partidos políticos – não levam em conta os problemas que afligem os atores na busca pela grande expansão do espetáculo. Os únicos pês e contras colocados na balança são aqueles que atingem diretamente o grande empresariado financiador da peça. Desde que sigam todas as orientações impostas no contrato de trabalho, a relação empresarial e profissional será a mais tranquila possível. Quando essa relação se apresenta de maneira instável, acaba que por acontecer o mesmo cenário onde os principais financiadores jogaram para fora do palco Luís Felipe, em 1848 e, de modo algo semelhante, Dilma Rousseff, em 2016.

Não há nada mais atrativo aos financiadores do teatro do que um roteiro de peça com um enredo bem chamativo e envolvente. O que seria de Shakespeare

sem boas produções como “Romeu e Julieta”, “A megera domada” ou “Hamlet”? Ou até mesmo de Luís Inácio Lula da Silva sem um ótimo roteiro (projeto de governo)? Acreditamos que ambos estariam ainda no anonimato.

Não só a escolha dos possíveis ocupantes dos cargos públicos é essencial ao jogo político, mas após a conquista deste, a escolha do elenco que irá compor a peça em si é de suma pertinência. Um candidato que acabou de ganhar a vaga e a autorização para exercer o papel de presidente, não será nada sem um perfeito elenco de Ministros para o seu governo. Como afirma Magaldi: “Vencida a batalha, o empresário precisa contratar o elenco [...]”. Imaginem se Luís Bonaparte não tivesse feito as escolhas certas para uma base de governo na França, como ficariam a sua peça e a imagem de seu tio? A peça de teatro está para muito além de seu roteiro escrito, antes mesmo dele, temos toda a estrutura destinada a produção da peça.

5 | PROBLEMAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO ESTADO

Por que reservar um capítulo para o problema da participação do Estado no teatro? O trabalho artístico deveria permanecer inteiramente à margem do Governo, como expressão de um testemunho individual, que não admite nenhuma dependência. Para o homem ocidental, formado nos princípios do liberalismo, a presença do Estado sempre importou em constrangimento, e as recentes experiências totalitárias aconselham a supressão de todos os jugos [...] (MAGALDI, 1998, p.42)

A interferência participativa do Estado sobre o ESTADO seriam as interferências das esferas não ligadas diretamente ao jogo político – a exemplo da religião ou de agrupamentos políticos – a fim de confundir a lógica de jogo sobrepujando seus ideais sobre uma esfera, que em teoria, deveria ser exercida com certa autonomia, ainda que relativa.

Fugindo um pouco sobre a interferência no campo ideológico, partimos para a análise mediante a esfera jurídica do Estado. A maior confusão que pode existir dentro do jogo político são os cenários anteriores e posteriores à conquista de poder. A construção de leis reguladoras das relações sociais e políticas dentro da realidade de determinada sociedade causa certo estado fora do contexto de bem-estar. Quando as leis são feitas em prol de uma parcela ou de um grupo específico, o cenário de tensões pode ser fundado como resultado desse movimento unilateral. O coletivo fica a margem para que os individuais sejam os protagonistas, principal consequência de um governo despótico.

Outros fatores resultantes das interferências dos estados mínimos são a censura, as origens dos financiamentos para o jogo político – podendo chegar aos debates sobre lavagem de dinheiro e corrupção, temos os casos onde o ESTADO é centralizado dependendo do contexto e situação social. A ajuda governamental e sua atenção para determinados setores da sociedade não pode ser fruto de

preferências sejam de convicções ou plataformas de luta, mas de forma equitativa.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De pouco valeriam os esforços do dramaturgo, dos intérpretes, do cenógrafo, do figurinista e do encenador, se alguém não se incumbisse de sua mediação junto ao público. Assim como os produtos agrícolas ou industriais chegam ao consumidor através do intermediário, a organização empresarial transforma o espetáculo num negócio financeiro, que lhe propicia desde o preparo até a permanência em cartaz. Sobretudo nos tempos de hoje, movidos pela economia capitalista, a função do empresário tem sido decisiva para o destino do teatro. **(MAGALDI, 1998, p.32)**

Em análise superficial, a falsa sensação de participação ativa nas encenações teatrais do teatro isabelino, pode ser pensada de maneira próxima a teoria de participação defendida por Stuart Mill no governo de forma a resultar em um governante com determinado aspecto e caráter político – a participação passiva poderia resultar na figura de um déspota, enquanto uma participação mais ativa tornaria possível a visualização de um governo representativo. Assim como a França ainda seria a mesma do período feudal se as revoluções e participações sociais não fossem de caráter ativo para sobrepujar a dominância e tradição estabelecidas.

O teatro seria a melhor representação exemplificada do Estado Inglês da época de Elizabeth I. “A presença de príncipes, nobres, artesãos e camponeses num mesmo espaço” voltado tanto para o entretenimento quanto para discussões políticas fez-se possível encenar realidades diversificadas enquanto recorte do próprio cenário e do contexto histórico-social.

Assim como o jogo político, o teatro deve ser pensado como forma de abolir os privilégios e que possam ser espaços neutros, reduzindo assim o espelhamento das diferenças sociais e divisões de classe tão marcantes, sendo proibido assim, excluir determinados grupos, setores e camadas da sociedade. Como escreve Magaldi: “A progressiva abolição dos privilégios recomenda que se proteja uma só plateia ou que os balcões não sirvam para espelhar as diferenças sociais, mas sim, proporcionar diálogos entre as classes. Da mesma forma deveria ser pensada a atuação do governo dentro do Estado.

Valendo ainda análise, a situação atual do Brasil no cenário social e político gritam firmemente pelas figuras do “bom déspota” ou do “líder bonapartista”, mas enquanto a estrutural completa não for levada em consideração nesses debates, podemos cair nos mesmos erros que foram apontados por Stuart Mill e Marx em suas reflexões teóricas.

REFERÊNCIAS

ESTUDOS Literários: **O teatro elisabetano**. Disponível em <<https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1719601>>, 2009. Acesso em: 17 de set de 2018.

FUNDAÇÃO cidade das artes. **O teatro elisabetano**. Disponível em <<http://cidadedasartes.rio.rj.gov.br/noticias/interna/407>>, 2014. Acesso em: 17 de set de 2018.

HELIODORA, Barbara. “Os teatros no tempo de Shakespeare” in LEÃO, Liana de Camargo.; SANTOS, Marlene Soares dos. **Shakespeare, sua época e sua obra**. Curitiba: Editora Beatrice. 2008. p.65-80.

MAGALDI, Sábato. “A arquitetura”, “A empresa”, “O público” e “Participação do Estado” in **Iniciação ao teatro**. São Paulo: Editora Ática. 1998. p.22-27; 32-47.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. trad. Leandro Konder. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011 [1852]. 176p.

MILL, Stuart J. “Que a forma de governo ideal é o governo representativo” in _____. **Considerações sobre o governo bonapartista**. trad. Manuel Innocência de Lacerda Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1980 [1861]. p.27-38.

PROFESSOR Márcio: **Curiosidades sobre o teatro elisabetano**. Disponível em <<http://artesejamedioefundamental.blogspot.com/2013/04/curiosidades-sobre-o-teatro-elisabetano.html>>, 2013. Acesso em: 17 de set de 2018.

WIKIPÉDIA. **O teatro isabelino**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_isabelino>. Acesso em: 17 de set de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170
Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363
Amizade íntima 294, 298, 299, 300
Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355
Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308
Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344
Artesanato 322, 323, 324, 326, 327
Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309
Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48
Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265
Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259
Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364
Conflitos socioambientais rurais 302, 303
Conservação ambiental 172
Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344
Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58
Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192
Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367
Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363
Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345
Cultura Política 203, 260
Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0